

Os documentos como forma de acesso à memória institucional de uma disciplina escolar¹

Lucas de Almeida Soares²

Adriana Duarte Leon³

Resumo

O artigo investiga a implementação da disciplina de Sociologia no currículo de uma instituição pública de ensino técnico, abordando o contexto histórico e metodológico que envolveu sua inserção. O objetivo da pesquisa foi identificar o momento exato da implementação da Sociologia, à luz da ambiguidade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que não a identificava como uma disciplina obrigatória. A metodologia utilizada encontra abrigo na perspectiva qualitativa com abordagem histórica, considerando a análise documental. A pesquisa explorou os documentos arquivados na instituição, como atas e planos de ensino. A partir desse movimento, foi constatado que a disciplina de Sociologia foi introduzida no currículo da instituição em 1993, antes da promulgação da LDBEN, devido a reivindicação de professores da área de Ciências Humanas. A análise utilizou referências como Bloch, Le Goff e Falcon para compreender o contexto histórico e a problemática da investigação no tempo em estudo. Conclui-se, destacando a relevância da pesquisa no resguardo da memória institucional e na defesa da disciplina de Sociologia como uma ferramenta de formação crítica dos estudantes, pois a implementação da disciplina em uma escola técnica teve impacto significativo na promoção do senso crítico e da cidadania. Por fim, o estudo também contribui para futuras pesquisas na área educacional.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Abordagem histórica; Disciplina de Sociologia.

1. Introdução

Este trabalho investiga o processo de implementação da *disciplina de Sociologia* no currículo de uma instituição pública de ensino técnico, mais especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) – Câmpus Pelotas. A pesquisa busca compreender o contexto histórico e institucional que possibilitou a inserção dessa disciplina antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que não a tratava explicitamente como obrigatória. A análise aborda os aspectos legais, os movimentos internos da instituição e o papel dos professores na consolidação da Sociologia como componente curricular.

A investigação parte da premissa de que as disciplinas escolares não surgem de forma isolada, mas como resultado de uma série de influências políticas, sociais e educacionais. No caso da Sociologia, a análise revela que sua implementação está relacionada a movimentos de reivindicação e resistência por parte de professores de Ciências Humanas, que viram na

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Doutorando e Mestres em Educação no PPGEdu do IFSul – Câmpus Pelotas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Câmpus Pelotas; Pelotas, RS, Brasil; lucas.ensino@gmail.com.

³ Doutora em Educação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Câmpus Pelotas; Pelotas, RS, Brasil; adriana.adrileon@gmail.com

disciplina uma ferramenta importante para promover o pensamento crítico entre os estudantes. A partir dessa perspectiva, o trabalho procura situar a trajetória da Sociologia no contexto das transformações curriculares que ocorreram no Brasil durante a década de 1990.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adota uma abordagem metodológica que privilegia a análise documental. Documentos institucionais, como atas e planos de ensino, que foram examinados para identificar os trâmites administrativos e legais que permitiram a introdução da disciplina na grade curricular da instituição.

Ao longo do trabalho, a discussão se desenvolve em torno da importância de resgatar a memória institucional e compreender o papel da Sociologia na formação dos estudantes. A disciplina contribui para a construção de um pensamento crítico e fortalece o exercício da cidadania, especialmente em um contexto de escola técnica, onde a formação voltada para o mercado de trabalho pode limitar o desenvolvimento de habilidades reflexivas. A pesquisa também analisa como a legislação educacional e as políticas curriculares do período impactaram a oferta de disciplinas da área de humanas no ensino técnico.

Por fim, o trabalho busca contribuir para o campo acadêmico ao oferecer uma reflexão sobre a história das disciplinas escolares no Brasil e destaca a importância de preservar a memória institucional como forma de entender o presente e planejar o futuro. Ao resgatar o percurso da Sociologia no IFSul, o estudo aponta para a necessidade de uma abordagem crítica na análise dos currículos educacionais, mostrando que a história de uma disciplina pode revelar muito sobre as dinâmicas sociais, políticas e pedagógicas que moldam a instituição em diferentes contextos.

2. Abordagem Histórica

Ao dialogar sobre a metodologia de pesquisa, na perspectiva histórica, relacionaremos esta abordagem conforme alguns autores, os quais propõe a (re)interpretação dos acontecimentos vividos, no intuito de compreender os fatos, produzindo outros significados sobre o que ocorreu em determinado espaço de tempo.

Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: "compreender". Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. [...] Ela é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se esse encontro for fraternal. (Bloch, 1997, p. 128)

Desta forma, a compreensão dos fatos colabora para não reproduzir o já dito (Bloch, 1997, p. 78) e instiga o pesquisador a (re)visitar as fontes como uma possibilidade de (re)significar o ocorrido.

Assim, vale ainda mencionar o que Bloch (1997, p. 50) menciona sobre a “história, os homens e o tempo”, em *Apologia da História*, destacando que a história é a “ciência dos homens no tempo”, chamando a atenção sobre a importância do tempo na história e salientando que dificilmente uma ciência possa abstrair o tempo e, ressaltando na ciência histórica, o papel do historiador, fazendo com que no momento de reflexão não o faça pensar apenas como “humano”, mas atrelar continuamente a “duração” do que é pesquisado em determinado fato.

Ponderaremos, também, a questão de fontes históricas (Barros, 2020, p. 05), atribuindo a fontes tudo aquilo que foi produzido pelos seres humanos, podendo trazer um significado para a compreensão do passado humano “e de seus desdobramentos no presente”, caracterizando um conjunto de vestígios, formando diversas possibilidades para os historiadores.

[...] são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) **como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano**, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. (Barros, 2020, p. 05 – grifos dos pesquisadores)

Assim, ao optar pela abordagem histórica queremos aprofundar a investigação sobre a *disciplina de Sociologia*, considerando os documentos institucionais como forma de acesso à memória institucional.

Cabe ainda pontuar que no momento que se transforma as informações em conhecimentos, apropriando-se das ideias, e “levando à população temas, métodos, procedimentos e técnicas específicas para produzir estes conhecimentos históricos” (Schmidt, 2019, p. 48), os historiadores não são pessoas que se transformaram em historiadores, são pessoas que aprenderam a pensar historicamente, considerando o diálogo com pessoas que viveram em outras épocas e lugares, promovendo a compreensão do *locus*.

Ao utilizar essa abordagem metodológica temos o compromisso de olhar para o passado a fim de compreender o atual contexto que vivenciamos. Embora o ensino de Sociologia como disciplina específica no Câmpus Pelotas esteja alocado na década de 1990, período relativamente recente, compreender a sua implementação é uma contribuição

significativa para a história da Instituição e para reflexão sobre as práticas pedagógicas⁴ desenvolvidas.

A narrativa que o historiador utiliza é a histórica, um pouco diferente da literária, pois nós escrevemos a partir de dados de alguma coisa que aconteceu num determinado tempo e espaço. A narrativa literária não tem este mesmo compromisso da narrativa histórica, pois a literária pode-se constituir a partir da livre imaginação do escritor. O historiador tem outro compromisso, ele escreve a partir de dados concretos, ele não pode escrever simplesmente com a sua imaginação, de certa forma temos que provar aquilo que escrevemos. É claro que o historiador também expressa a sua subjetividade, mas esta de certa forma é controlada pelo uso da teoria, como já foi dito. (Canabarro, 2008, P. 15).

Com isso, ao refletir sobre as responsabilidades que abordamos aqui, realizamos uma abordagem histórica dentro da área educacional, com o intuito de produzir uma (re)significação do espaço que a investigação é proposta, estabelecendo recortes temporais, como por exemplo o ano de 1996, quando foi promulgada a LDBEN, que explicita a necessidade de noções de Filosofia e Sociologia nos currículos escolares. Entretanto, após a pesquisa documental feita dentro da Instituição, identificamos que a disciplina surge ainda no início da década de 1990, mais precisamente em 1993 quando foram revogadas, na legislação, a obrigatoriedade da oferta das disciplinas de Educação, Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), considerando o movimento dos professores da área de Ciências Humanas que estavam em atividade na época, essa carga horária foram direcionadas para as *disciplinas de Sociologia e Filosofia*.

Assim, no momento em que lidamos com a historiografia adentramos nas aproximações do que pode ter acontecido em uma determinada realidade social, em um determinado período e em um determinado local, nos direcionando conforme o interesse da pesquisa.

Conforme aponta Chervel (1990, p. 178), o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não constam na maioria dos registros documentais, no uso escolar, até o fim do século XIX, utilizava-se esses termos como forma de controle do Estado, nos estabelecimentos de ensino.

A aparição, durante os primeiros decênios do século XX, do termo “disciplina” em seu novo sentido vai, certamente, preencher uma lacuna lexicológica, já que se tem necessidade de um termo genérico. Ela vai sobretudo pôr em evidência, antes da banalização da palavra, as novas tendências profundas do ensino, tanto primário quanto secundário. Descartemos primeiramente a informação falaciosa dos dicionários etimológicos que atribuem a Oresme, no começo do século XIV a

⁴ Compreende-se que a prática pedagógica para o ensino de Sociologia varia conforme o período histórico e o lugar que o sujeito está (Cigales, 2020, p. 380).

primeira utilização da palavra no sentido de “conteúdo de ensino”. Dever-se-ia acrescentar ainda que ela parece desaparecer totalmente a seguir do uso para ressurgir no fim do século XIX, onde é objeto de uma nova criação [...] (Chervel, 1990, p. 178).

Com isso, observa-se que o termo “disciplina”, em uso escolar, surge para promover uma melhor organização, deixando de ser utilizada apenas como forma de controle. Chervel (1990, p. 180) também considera que a palavra disciplina é um empréstimo do *Latim* para o qual possui o significado de “a instrução que o aluno recebe do mestre”. Ainda assim, o autor aponta que, após a I Guerra Mundial, o termo acaba enfraquecendo, tornando-se uma simples classificação das matérias de ensino. Mesmo sendo um termo muito recente, é empregado de forma conteudista e com ele, os conteúdos são supervalorizados, conforme o autor aborda, referindo o termo como *sui generis*. Mesmo com toda a discussão em torno das disciplinas escolares, o verbo disciplinar não foi abandonado, pois “uma ‘disciplina’, é igualmente, para nós, em qualquer campo que a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abonar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (Chervel, 1990, p. 180). Diante da abordagem do autor, ao contextualizar as disciplinas escolares (Chervel, 1990), menciona que até o final do século XIX o termo “disciplina” não era empregado na definição que a empregamos hoje no campo escolar, destacando que não constava em nenhum dicionário brasileiro o termo nesse sentido, sendo ele empregado nesse contexto apenas depois da segunda década do século seguinte, mencionando sobre história e poder, e a relativizamos, pois como bem aponta o autor (Falcon, 1997), é quase impossível separá-las, por isso, é importante o olhar historiográfico compreender o contexto social em que os sujeitos estão inseridos no tempo em análise.

Diante das possibilidades promovidas pela abordagem histórica em uma pesquisa, observamos que quando lidamos com as fontes, podemos utilizar várias materialidades, no intuito de complementar a análise. Nessa pesquisa, foram utilizados os documentos institucionais como forma de acesso as informações da época, mostrando o percurso que a disciplina passou durante a sua implementação.

A historiografia metódica instituiu, a partir de seus pressupostos cientistas, um tipo de discurso histórico próprio e destinado a demonstrar, através de marcas específicas, as suas diferenças em face do discurso literário. Tratava-se de distinguir a verdade histórica da ficção literária a partir da separação entre dois tipos de fatos – os verdadeiros, que podem ser comprovados, e os falsos, de comprovação impossível. Logo, a história – história política, como vimos – é ciência e não arte, consistindo a tarefa do historiador não em evocar ou reviver o passado, como desejavam os românticos, mas sim em narrar/descrever os acontecimentos desse passado tal como eles realmente se passaram. (Falcon, 1997, p. 104).

Todos os fatos possuem um contexto histórico, inclusive as conquistas sociais e legais, no caso deste estudo, entende a inserção da *disciplina de Sociologia* no currículo nacional como uma conquista da área de humanas e dos movimentos sociais. Nesse âmbito, nos deparamos com contexto de análise, uma escola de Ensino Médio Integrado que acolhe estudantes a partir dos 14 anos e exerce função significativa com relação a inserção deste jovem na vivência em sociedade de forma autônoma. Também, é na escola que a *disciplina de Sociologia* contribui, para o aluno constituir-se como cidadão crítico e ativo na sociedade.

2.1 Os documentos como fonte de pesquisa

Uma das abordagens utilizadas para mapear a implementação da *disciplina de Sociologia* na Instituição foi buscar os documentos institucionais para compreender o percurso que foi adotado na época, podendo compreender o percurso histórico da implementação da disciplina no currículo. Desta forma, nesta seção, apresentamos algumas descobertas da investigação documental.

Ao refletir sobre os documentos, utilizaremos o *conceito de monumentum*⁵, que atenta em revisitar o passado, olhando para a fonte, através da problematização e do diálogo.

Le Goff (1990) explicita que não há uma rivalidade de opostos entre documento e monumento, mas um complemento entre ambas as explanações. Segundo ele o importante é compreender a fonte, o documento/monumento, como consequência de uma sociedade, identificar as variáveis deste contexto de produção é o grande desafio do historiador.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 1990, p. 470).

Assim, ao realizar a investigação documental junto a Instituição, conversamos com algumas pessoas buscando localizar o material que contribuiria com a investigação em questão. Através de uma conversa informal com uma servidora que está no quadro da Instituição há quase quarenta anos no exercício de suas funções como Técnica Administrativa em Educação, descobrimos que a partir da década de 1980 as Coordenadorias⁶ começaram a

⁵ Le Goff (1990) aborda como características a perpetuação da recordação, ligando-se voluntariamente ou involuntariamente, através das sociedades históricas (sendo uma continuidade da memória coletiva).

⁶ O Câmpus é organizado através da Direção Geral, os Departamentos e as Coordenadorias.

ter seus próprios arquivos e com essa orientação fomos em busca dos arquivos nas coordenadorias.

Localizamos poucos materiais na coordenadoria, dentre eles as atas e orientações acadêmicas, em sua maioria a partir de 2010 até os dias atuais, os documentos mais antigos foram enviados para o arquivo geral. Em paralelo a busca pela documentação realizamos uma conversa exploratória com um professor que leciona a *disciplina de Sociologia* no Câmpus Pelotas, neste diálogo surgiram novas possibilidades sobre onde encontrar os documentos da coordenadoria.

Considerando a necessidade de mais informações para compreender o contexto de implementação da disciplina foi visitado arquivo no dia 17/03/2022, em busca de documentações que poderia complementar as informações sobre o período e sobre o processo de implementação da *disciplina de Sociologia* no currículo da Instituição, não obtendo êxito em encontrar documentos neste dia, retornamos em 23/04/2022 e da mesma forma, não obtivemos êxito na busca.

Durante a conversa informal realizada com um professor, foi mencionada a dificuldade em encontrar documentos sobre a implementação da disciplina, o mesmo observou que a aprovação da disciplina no currículo passou pelo Conselho Consultivo da ETFPEL⁷. Com essa referência entramos em contato com o Gabinete da Direção do Câmpus Pelotas, através de um Técnico Administrativo em Educação, para saber se ainda possuíam as atas da década de 1990. A resposta obtida foi que muitas documentações foram encaminhadas para a Reitoria do Instituto quando foi instalada a sede, em 2015, mas que entrariam em contato com o Gabinete do Reitor na mesma semana para ver se havia alguma ata do período arquivada, em seguida foi respondido que não haviam em posse da Reitoria as atas solicitadas.

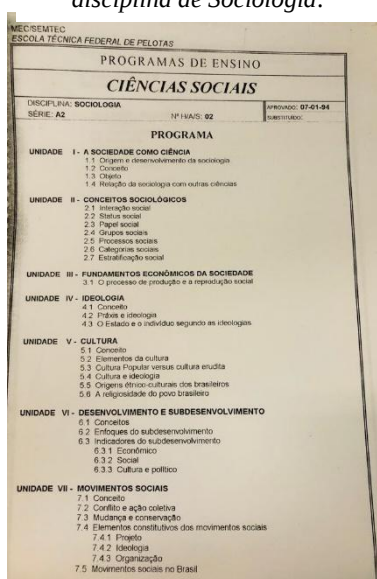
Assim, foi necessário a investigação dos documentos que estavam disponíveis no Arquivo Geral do Câmpus, pois ao lidarmos com documentos, precisamos destacar que o documento é uma fonte em potencial para pesquisa, tornando-se relevante para contextualização do período a ser pesquisado, quando lidamos com uma pesquisa documental, não nos limitamos apenas a uma investigação de texto escrito e/ou impresso, mas também precisamos estar preparados para os textos não escritos. A utilização de diversas fontes

⁷ Escola Técnica Federal de Pelotas, nomenclatura da escola na data de implementação da disciplina no currículo.

carrega uma gama de informações e possibilidades que elucidam diversas questões do contexto pesquisado.

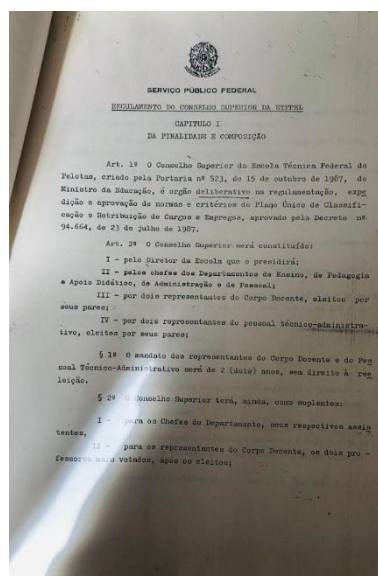
Desta forma, realizamos uma nova busca no arquivo do Câmpus Pelotas no dia 27/04/2022 em busca das atas do Conselho Consultivo⁸, encontrando algumas atas entre 1988 à 1996, mas nenhuma mencionava os trâmites de aprovação de disciplinas. Entretanto, na mesma data, em conversa presencialmente com um Técnico Administrativo em Educação do Gabinete da Direção, surgiu a possibilidade de consultar o arquivo permanente do setor de Registros Acadêmicos (DERA). Ao entrar em contato com o responsável pelo setor, explicando a necessidade da documentação, ele mencionou que haviam os planos das disciplinas e as grades curriculares da década de 1990 arquivadas. Os documentos da década de 1990 estavam no setor, em arquivo próprio, conforme já citado anteriormente, tal informação corrobora com a informação obtida em uma conversa informal no início da pesquisa com uma servidora que trabalha há quarenta anos na instituição e conhece bem os trâmites dos arquivos da instituição.

Figura 2: Programa de ensino da disciplina de Sociologia.



Fonte: Arquivo do IFSul.

Figura 1: Primeira página do regulamento do Conselho Superior da época.



Fonte: Arquivo do IFSul.

Estes são exemplos de dois documentos analisados pelos pesquisadores, na figura 1 está o plano de conteúdos que eram abordados na *disciplina de Sociologia* nos primeiros anos de sua implementação; já na figura 2 consta a primeira página do regulamento do Conselho

⁸ Instância máxima da escola na época.

Superior, intitulado na época como Conselho Consultivo, de acordo com o documento, todas as decisões estruturais da escola passavam pela discussão do conselho.

3 Considerações Finais

A proposta desta escrita é apresentar o processo de investigação sobre a implementação da *disciplina de Sociologia* no currículo de uma instituição pública de ensino técnico, considerando a abordagem histórica e com o objetivo de resgatar a memória institucional, no que tange a constituição de uma disciplina específica. A pesquisa evidenciou que a inserção da Sociologia ocorreu antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, fato relevante que aponta para a complexidade e a autonomia de algumas instituições na inserção de disciplinas no currículo, mesmo diante de ambiguidades legais. A análise dos documentos foi crucial para construir o contexto histórico da implementação da disciplina, destacando que sua inserção em 1993, foi possível graças ao movimento de professores da área de Ciências Humanas que buscavam promover uma educação crítica.

A abordagem metodológica possibilita resguardar a memória institucional, neste caso, a *disciplina de Sociologia*. Foi possível apontar que, ao lidar com a história educacional, é necessário utilizar tanto os documentos oficiais quanto as memórias individuais de professores e funcionários, pois essas fontes se complementam e oferecem uma visão ampla e conectada dos acontecimentos.

A *disciplina de Sociologia* desempenha um papel fundamental na formação crítica dos estudantes, sendo um instrumento de reflexão sobre as estruturas sociais e o papel do cidadão. Ao analisar o processo de implementação, a proposta era identificar o impacto da inclusão da Sociologia no currículo e na formação dos alunos, especificamente em uma escola técnica, onde o estímulo ao pensamento crítico e à cidadania tem grande relevância para a integração dos jovens na sociedade de maneira autônoma e crítica.

Por fim, a relevância do artigo para a comunidade acadêmica é evidente, pois contribui tanto para os estudos sobre a história das disciplinas escolares quanto para as reflexões sobre a política educacional no Brasil. A pesquisa oferece uma possibilidade metodológica que pode ser aplicada em outros estudos. O trabalho não só revisita o passado, mas também propõe uma ressignificação da *disciplina de Sociologia* no Câmpus, contribuindo para o entendimento do presente e, potencialmente, para a formulação de futuras políticas educacionais.

Referências

- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassannezi. et al. (orgs.). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.
- BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul/dez 2020.
- BARROSO, Maria Helenice; BARROSO, Maria Veralice. História Oral, memória e Cidadania. In: Costa, Cléria Botelho da. et al (orgs.). História Oral e Metodologia de Pesquisa em História. Jundiaí, Paco Editorial: 2016, p. 151-168.
- BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27860, 23 dez. 1993.
- BRASIL. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 104, p-01, 03 jun. 2008.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. Teoria e Métodos da História. Ijuí: Unijuí, 2008.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A confidencialidade na pesquisa em educação. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética de Pesquisa em Educação: subsídios. v. 1. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 104-112.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de Sociologia e os sentidos Pedagógicos. In: BRUNETTA, Antonio Alberto, et al. (org). Dicionário do ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió – AL: Editora café com Sociologia, 2020.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *et al.* Pesquisa Social: teoria método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O historiador e a pesquisa em educação histórica. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 35-53, mar./abr. 2019.

SOARES, Lucas de Almeida. O desafio da implementação da disciplina de Sociologia no IFSul-Câmpus Pelotas. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Câmpus Pelotas. Pelotas. 2022.

Un abordaje histórico como forma de acceso a la memoria institucional de una asignatura escolar

Resumen

El artículo investiga la implementación de la asignatura de Sociología en el currículo de una institución pública de enseñanza técnica, observando el contexto histórico y metodológico que rodeó su inserción. El objetivo de la investigación fue identificar el momento exacto de la implantación de la Sociología, ante la ambigüedad de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDBEN) de 1996, que no la identificaba como asignatura obligatoria. La metodología utilizada se basa en una perspectiva cualitativa con enfoque histórico, considerando el análisis documental. La investigación exploró los documentos archivados en la institución, como actas y planes de enseñanza. Se constató que la asignatura de sociología fue introducida en el currículo de la institución en 1993, antes de la promulgación de la LDBEN, debido a las demandas de los profesores de humanidades. El análisis utilizó referencias como Bloch, Le Goff y Falcon para comprender el contexto histórico y la problemática de la investigación en la época estudiada. Se concluye destacando la relevancia de la investigación en la salvaguarda de la memoria institucional y en la defensa de la asignatura de Sociología como herramienta para la formación crítica de los alumnos, ya que la implantación de la asignatura en una escuela técnica tuvo un impacto significativo en la promoción del pensamiento crítico y de la ciudadanía. Por último, el estudio también contribuye a futuras investigaciones en el campo educativo.

Palabras-clave: Formación profesional; Enfoque histórico; Asignatura de Sociología.

Documents as a way of accessing the institutional memory of a school subject

Abstract

The article investigates the implementation of the subject of Sociology in the curriculum of a public technical education institution, looking at the historical and methodological context surrounding its insertion. The aim of the research was to identify the exact moment when Sociology was implemented, in light of the ambiguity of the 1996 National Education Guidelines and Bases Law (LDBEN), which did not identify it as a compulsory subject. The methodology used is based on a qualitative perspective with a historical approach, considering documentary analysis. The research explored the institution's archived documents, such as minutes and teaching plans. From this movement, it was found that the subject of Sociology was introduced into the institution's curriculum in 1993, before the LDBEN was enacted, due to demands from teachers in the Human Sciences area. The analysis used references such as Bloch, Le Goff and Falcon to understand the historical context and the problem of research at the time under study. It concludes by highlighting the relevance of the research in safeguarding institutional memory and defending the subject of Sociology as a tool for the critical training of students, since the implementation of the subject in a technical school had a significant impact on the promotion of critical thinking and citizenship. Finally, the study also contributes to future research in the educational field.

Keywords: Vocational education; Historical approach; Sociology subject.

Les documents comme moyen d'accès à la mémoire institutionnelle d'une matière scolaire

Résumé

L'article étudie l'introduction de la sociologie dans le programme d'un établissement public d'enseignement technique, en examinant le contexte historique et méthodologique de cette introduction. L'objectif de la recherche était d'identifier le moment exact où la sociologie a été introduite, à la lumière de l'ambiguïté de la loi d'orientation et de base de l'éducation nationale (LDBEN) de 1996, qui ne l'identifiait pas comme une matière obligatoire. La méthodologie utilisée est basée sur une perspective qualitative avec une approche historique, en considérant l'analyse documentaire. La recherche a exploré les documents archivés dans l'institution, tels que les procès-verbaux et les plans d'enseignement. Il en ressort que la sociologie a été introduite dans le programme de l'établissement en 1993, avant la promulgation de la LDBEN, en raison des demandes des enseignants en sciences humaines. L'analyse s'appuie sur des références telles que Bloch, Le Goff et Falcon pour comprendre le contexte historique et la problématique de la recherche à l'époque étudiée. Elle conclut en soulignant la pertinence de la recherche pour la sauvegarde de la mémoire institutionnelle et la défense de la discipline sociologique en tant qu'outil de formation critique des étudiants, étant donné que la mise en œuvre de la discipline dans une école technique a eu un impact significatif sur la promotion de la pensée critique et de la citoyenneté. Enfin, l'étude contribue également à la recherche future dans le domaine de l'éducation.

Mots-clés: Enseignement professionnel; Approche historique; Sujet de sociologie.